

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Instituto de Ciências Exatas/ICE
Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática

ALINA LACERDA DE SOUZA CAMPOS

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA FINANCEIRA NA ESCOLA
DUAS PROPOSTAS DE ENSINO

JUIZ DE FORA

2019

ALINA LACERDA DE SOUZA CAMPOS

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA FINANCEIRA NA ESCOLA
DUAS PROPOSTAS DE ENSINO

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em educação Matemática e Educação Financeira Escolar da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Escher

JUIZ DE FORA

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Campos, Alina Lacerda de Souza.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA FINANCEIRA NA ESCOLA DUAS PROPOSTAS DE ENSINO / Alina Lacerda de Souza Campos. -- 2019.

26 f.

Orientador: Marco Antônio Escher

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Exatas. Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática, 2019.

1. Educação Matemática. 2. Educação Financeira Escolar. I. Escher, Marco Antônio, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ALINA LACERDA DE SOUZA CAMPOS

MATEMÁTICA DA RUA CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO
MATEMÁTICA FINANCEIRA NA ESCOLA

Monografia apresentada à Banca Examinadora designada pela comissão de Monografia do curso de Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática, ICE/UFJF, aprovada em 14 de Junho de 2019.

Marco Antônio Escher
(orientador)

Amarildo Melchhiades da Silva

Glauker Menezes de Amorim

Juiz de Fora, 14 de junho de 2019.

Dedico esse trabalho a todos os meus alunos e ex-alunos, que nunca serão ex na verdade, e que de alguma forma se encontravam descrentes de si por causa da dificuldade em realizar esse tipo de operação matemática, não dando conta que já sabiam o caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e aos seus representantes que me deram a oportunidade de me especializar sobre um tema de tamanha relevância hoje, numa sociedade de fluidez notória, onde nós, educadores temos um papel fundamental enquanto formadores das novas gerações. Que possamos sempre nos colocar no papel de co-autores na desconstrução e construção de novos saberes, participando da construção de um mundo melhor. Aos professores do curso que nos conduziram por reflexões profundas sobre a sociedade contemporânea e o que podemos fazer enquanto educadores e formadores do cidadão, para contribuir para a construção de uma sociedade melhor, mais justa e valorizando a contribuição que cada um pode dar à essa mudança almejada.

RESUMO

O presente trabalho tem como intenção apresentar e comparar duas propostas para educação financeira escolar no Brasil; uma, a proposta do MEC, desenvolvida nos parâmetros da OCDE, pautada na formação de um indivíduo que seja formado e informado financeiramente sendo capaz de consumir de forma consciente e a proposta de um currículo para Educação Financeira Escolar pautada na formação do cidadão atuante que saiba fazer escolhas pensando no futuro seu e da sociedade em que está inserido. Buscou-se na literatura embasamento para as considerações e questionamentos que surgiram. E como resultado surgiu esse material que não tem a intenção de ser fim, mas sim, dar início a novos questionamentos e ajudar a construir novos caminhos no ensino da matemática financeira escolar.

Palavras-chave: Formação, Informação, Matemática financeira escolar.

ABSTRACT

The present work intends to present and compare two proposals for school financial education in Brazil; first, the MEC proposal, developed in the parameters of the OECD, based on the formation of an individual who is trained and informed financially, to be able to consume in a conscious way and then, the proposal of a curriculum for School Financial Education based on the training of the active citizen who know how to make choices about the future of you and the society in which you are inserted. Literature was searched in the literature for the considerations and questions that arose. And as a result we have this material that is not intended to be an end, but rather to initiate new questions and help build new paths in the teaching of financial school mathematics.

Key words: training, information, school financial mathematics

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Decágono de Competências	20
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1

Relação entre objetivos espaciais, objetivos temporais e competências 21

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. EDUCAÇÃO MATEMÁTICA FINANCEIRA	15
2. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA MATEMÁTICA NO BRASIL	17
3. UMA PROPOSTA ALTERNATIVA	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

A educação matemática financeira é um tema que vem surgindo nas duas últimas décadas, pelo interesse dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em educarem financeiramente seus cidadãos ante à grande gama de produtos e serviços que vêm surgindo cada vez mais, principalmente na área de investimentos. E todo país precisa de investimentos para se desenvolver e/ou continuarem em seu “patamar” de desenvolvimento.

Esse trabalho surgiu do interesse em conhecer as concepções já propostas de Educação Financeira Escolar no Brasil.

Apesar do Brasil não ser membro da OCDE, passou a ser orientado, em suas ações, pelas diretrizes da organização. Essas orientações vêm sendo dadas então a partir do primeiro grande estudo sobre Educação Financeira em nível internacional, no relatório da organização, intitulado *Melhoria da literacia financeira: análise das questões e políticas*. (OCDE, 2005a)

Nesse estudo, especialistas procuraram investigar o que já vinha sendo feito com esse intuito, que ações já eram desenvolvidas, de forma que pudesse ser reformulado e aumentar sua eficácia em informar e educar seus cidadãos financeiramente.

Esse estudo, no entanto, trouxe um resultado bem surpreendente, o já previsto fato de que as pessoas estão vivendo mais e por isso tendo a necessidade de aposentarem e usarem suas economias para viver essa fase da vida, o fato do aumento do consumo e endividamento das pessoas e, curiosamente, o fato de que uma parcela significativa da população não participava do sistema financeiro. (OCDE, 2005)

E, a partir desse estudo, surge outro documento com recomendações aos países, denominada *Recomendações sobre os princípios e boas práticas para a Educação Financeira e consciência* (OCDE, 2005), donde surge a definição:

A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro. (OCDE,2005)

Conforme observaram Silva e Powell (2013), a Espanha e o Brasil, passaram a adotar na elaboração de suas propostas, e numa parte desse documento havia uma recomendação expressa de que essa educação deveria acontecer o mais rápido possível e, por isso, deveria começar na escola. Segundo eles, a proposta incluía uma sugestão de formação dos educadores, nos seguintes termos “Para os programas que favoreçam o uso de sala de aula, uma educação adequada e a competência dos educadores devem ser promovidas.”(SILVA, POWELL, apud OCDE, 2005)

O que esses pesquisadores têm observado é que em muitos países, a formação dos educadores e o conteúdo a ser trabalhado na escola são sugeridos e atrelados às instituições financeiras.

Uma vez envolvida a escola, surge no Brasil, outro estudo, agora sim, desenvolvido academicamente e que se preocupa com o protagonismo e formação do indivíduo. Que vem propor um currículo alternativo onde a Educação Financeira Matemática Escolar está inserida em todos os níveis de ensino, com propostas temáticas que não se esgotam e voltam a ser discutidas ao longo de toda formação.

Analisaremos neste, duas propostas para a Educação Financeira na escola; uma delas proposta pelo governo brasileiro em consonância com a proposta da OCDE e outra que vem sendo desenvolvida por Silva e Powell (2013) e pesquisadores que compartilham da mesma visão.

No capítulo 1, procuramos apresentar justificativas para inserir a educação financeira na escola buscando contribuir com a formação do indivíduo que faz parte da sociedade contemporânea de consumo e por isso já pode, desde cedo, aprender a escolher de forma consciente elencando suas necessidades e do grupo do qual faz parte.

No capítulo 2, tratamos da proposta brasileira para a educação financeira escolar proposta pelo MEC, concebida em parceria com instituições financeiras nos moldes da OCDE. Um material com linguagem simples, fazendo uso de atividades corriqueiras que procura aproximar o aluno da realidade.

No capítulo 3, apresentamos uma proposta alternativa de Silva e Powell que apresenta um programa de ensino que contempla todos os níveis de ensino, considerando o aluno como um ser capaz de fazer escolhas desde as séries iniciais. E de forma que sejam capazes de compreender que suas escolhas vão interferir em sua vida e de sua família imediatamente e até mesmo num futuro às vezes, nem tão próximo.

1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A partir do aumento do crédito, que aumentou o poder de compra das pessoas, permitindo que adquirissem bens e serviços antes impensáveis, passou a se endividarem muitas vezes, de forma descontrolada, até mesmo doentia, havendo necessidade de se intervir, para evitar um colapso no mercado gerado pela inadimplência talvez.

O Brasil então começa a buscar conhecimento para instituir seu plano de Educação Financeira Escolar, buscando modelo nos já existentes. Tendo em vista que se educarmos os filhos, eles próprios podem ser multiplicadores e levar esse conhecimento e essa consciência para os pais.

Segundo a OCDE a educação financeira pode ser descrita como o processo pelo qual os indivíduos e a sociedade tendo formação e informação, desenvolvam valores e competências tais que os permitam fazer escolhas conscientes das oportunidades e riscos que essas representam.

Inserir essa abordagem na estrutura matemática que já existe deve constituir um caminho que possa contribuir na formação do cidadão capaz de fazer suas escolhas se preocupando com o futuro. Para nós a Educação financeira na escola poderia ser introduzida na Matemática Escolar na Educação Básica como um tema transversal uma vez que pensarmos que problemas de Educação Financeira Matemática ajudam na aprendizagem da Matemática da mesma forma que a Matemática pode contribuir com a formação do cidadão que seja capaz de fazer escolhas mais conscientes.

Dessa maneira, uma Educação Matemática crítica há de ser contextualizada, analisando e tomando decisões sobre situações do cotidiano pode-se, inclusive, conhecer a organização política, econômica e social da sociedade à qual estamos inseridos. Além de que, ao conhecer os modelos matemáticos usados em economia, podemos entender de que forma as escolhas nossas ou de outras esferas da sociedade interferem em nossas vidas.

Podemos dizer então que podemos preparar o aluno para o consumo responsável, que dessa forma poderá ajudar nas escolhas feitas por sua família, e até mesmo na vida da comunidade, dependendo de seu envolvimento com o lugar que vive.

O trabalho de Borba trás questionamentos sobre a ampla difusão dos livros de autoajuda financeira, mostrando como o capitalismo usa de estratégias para criar necessidades de consumo sobre o que precisam vender e chama a atenção para o estágio da sociedade de consumo contemporânea, como por exemplo, a fluidez das relações sociais e afetivas hoje.

O trabalho inicialmente, versa sobre o gênero literário de autoajuda que promove a crença de que pensando positivamente tudo mudará, contendo “receitas e segredos” para solucionar problemas do cotidiano. Reafirmando a necessidade do ter para poder ser. E nos leva a profundos questionamentos sobre sua eficácia. Procurando ressaltar a importância de se incluir uma educação financeira desde as primeiras séries de ensino.

O artigo dos professores, Silva e Powell (2013), sobre os Currículos de Educação Financeira para a escola nos Estados Unidos, trata de trazer ao conhecimento de professores e educadores matemáticos algumas propostas curriculares a partir do que é ensinado nas escolas dos Estados Unidos da América. O que permitirá a nós profissionais tomarmos posse dos elementos iniciais para pensar a inserção do assunto em nossas escolas. Esse trabalho está estruturado em três partes distintas.

Elucidam em primeiro lugar as normas nacionais para os Programas de Educação Financeira. Normas essas que propõem um modelo ideal de currículo desde o jardim de infância para que, ao final do Ensino Médio os alunos tenham adquirido uma literacia financeira funcional mínima, elencando: a Responsabilidade Financeira e Tomada de Decisão; Renda e Carreiras; Planejamento e Gestão do Dinheiro; Crédito e débito; Gestão de Risco e Seguros, Poupança e Investimento.

Versa também sobre o Programa de Planejamento Financeiro da High School, que já foi construído levando em conta as fases do processo de aprendizagem (investigar, coletar, processar e aplicar), a aprendizagem baseada em competências e aprendizagem contínua.

Preocupa-se também em incluir lições suplementares sobre a Matemática do Dinheiro: Lições para vida onde são criadas situações aplicando conceitos matemáticos do Ensino Médio nas situações do cotidiano em finanças pessoais.

Muito interessante perceber que o objetivo da Educação Financeira nas escolas estadunidenses aponta para a formação do aluno/cidadão que saberá gerir suas finanças podendo usufruir de uma vida econômica saudável.

O artigo é rico em detalhes, com a descrição de cada unidade com seus respectivos objetivos, se tornando um excelente material para conhecermos um plano de educação já estruturado e até podemos vislumbrar nosso plano de Educação Financeira, uma vez que naquele país isso já vem sendo construído há 30 anos. Dessa forma, poderemos conceber um plano de Educação e Literacia Financeira nas nossas escolas que sejam mais um instrumento em mãos para a construção do cidadão atuante.

É fundamental motivar o aluno, criar situações que os permitam criar suas próprias conclusões o que tornará o estudo, no mínimo, menos sofrido para os que não ainda não compreenderam e não se identificam com o processo de ensino-aprendizagem.

Podemos ainda citar Demo, quando afirma que para aprender, é preciso, fundamentalmente saber pensar. Precisa de disponibilidade para manter um diálogo aberto, argumentado, sabendo ouvir uma crítica, surgindo de onde tiver que vir. A democracia precisa de pensadores, que faça uso de argumentos com autoridade. Para construir esses argumentos é preciso antes, desconstruir e para este fim, podemos usar a pesquisa. E torna-se imprescindível antes de tudo, saber o que pesquisar.

O trabalho de pesquisa é fundamental uma vez que formativo, contribuindo na formação do cidadão, moldando pessoas que sabem fazer escolhas e trabalham em prol de uma sociedade mais justa.

Qualquer atividade proposta pelo professor, até mesmo uma viagem, cinema... pode ter cunho investigativo, ser uma pesquisa e produzir conhecimento.

Como essa área de atuação é contemporânea, ainda há muito o que pesquisar e construir buscando uma escola que seja capaz de formar cidadãos educados financeiramente conforme almejamos.

2. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA MATEMÁTICA NO BRASIL

A Educação Financeira no Brasil, sugerida pelo governo brasileiro, propõe-se à formação de consumidores conscientes e procura capacitar o estudante sobre a importância de saber administrar e fazer escolhas.

A OCDE sugere que a educação financeira no Brasil seja um processo que possibilite aos indivíduos e, conseqüentemente à sociedade a qual esteja inserido, uma compreensão e até mesmo uma orientação maior em relação a conceitos e produtos financeiros de forma que tenha desenvolvido valores e competências necessários para fazer escolhas que envolvam maiores ou menores riscos.

Não é uma proposta que dita regras do que se deve ou não fazer com o seu dinheiro, que diga que você não deve gastar nisso ou naquilo, mas sim, que possa indicar um caminho onde o aluno consiga priorizar aquilo que seja mais importante para ele e pra sua família, contribuindo de forma positiva, inclusive, para todos que estão ao seu redor.

A proposta para a Educação Financeira Matemática nas escolas do Brasil foi concebida com a intenção de formar um aluno que possa ser protagonista, um agente de mudança de sua própria história, que tenha bons hábitos e comportamentos economicamente saudáveis.

É levada em consideração a dimensão espacial quando entende que as escolhas feitas pelo indivíduo se refletem na família e, a dimensão temporal que leva em conta que qualquer tomada de decisão foi feita de acordo com alguma experiência já vivenciada e, principalmente que poderão ser vivenciadas no futuro.

Por isso, tem como objetivos principais:

- Formar para a cidadania, definida como uma articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, fazendo das oportunidades um exercício de cidadania participando de escolhas que contribuam com a construção de uma sociedade justa e democrática para todos;
- Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável, tratando o consumo como um projeto pessoal e que não esteja orientado apenas pelos padrões sociais, que podem levar a um consumismo exagerado, interferindo, inclusive, numa degradação maior do meio que vivemos quando acumulamos coisas e produzimos mais lixo que o necessário e/ou conveniente;
- Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude, favorecendo os educandos a se tornarem agentes dessa mudança para construção da cidadania, uma vez que, conhecendo a linguagem do mundo finan-

ceiro seja capaz de tomar decisões acertadas às suas necessidades e não somente levado pela emoção e impulso. Sabendo, inclusive, fazer suas escolhas independentes da publicidade que cercam determinado produto ou serviço;

- Formar disseminadores, colaborando com a formação de jovens que possam ajudar suas famílias a serem mais prudentes na hora de gastar seu dinheiro de forma a serem capazes de buscar realizar seus objetivos;
- Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazo, que possibilita ao aluno perceber que renúncias e definir prioridades se fazem necessárias para atingirem objetivos, e não fazer escolhas apenas visando o momento presente e sim, almejando algo maior num futuro mais próximo ou distante;
- Desenvolver a cultura da prevenção, seja no caso de doenças ou aposentadoria, levando em consideração o fato de que estamos vivendo mais tempo e por isso, vamos fazer uso dessas economias ao longo da vida;
- Proporcionar ao indivíduo ser agente de mudança, uma vez que tenha conhecimento possa fazer uma escolha acertada, podendo planejar, superar e evitar situações de dificuldades econômicas que poderá contribuir com a realização de planos futuros.

Pensando na formação integral do cidadão, as atividades foram propostas levando em consideração atividades cotidianas que, por isso se leva em conta que todo evento ocorre em determinado tempo e num espaço definido.

As atividades são propostas tendo a preocupação em fazer o aprendiz perceber que suas decisões interferem não só no âmbito individual, mas também ao seu redor e até mesmo à sociedade a qual está inserido. Procura abordar os conceitos tomando o cuidado de conectar passado, presente e futuro de forma que se pode perceber o presente como consequências das escolhas do passado também do futuro.

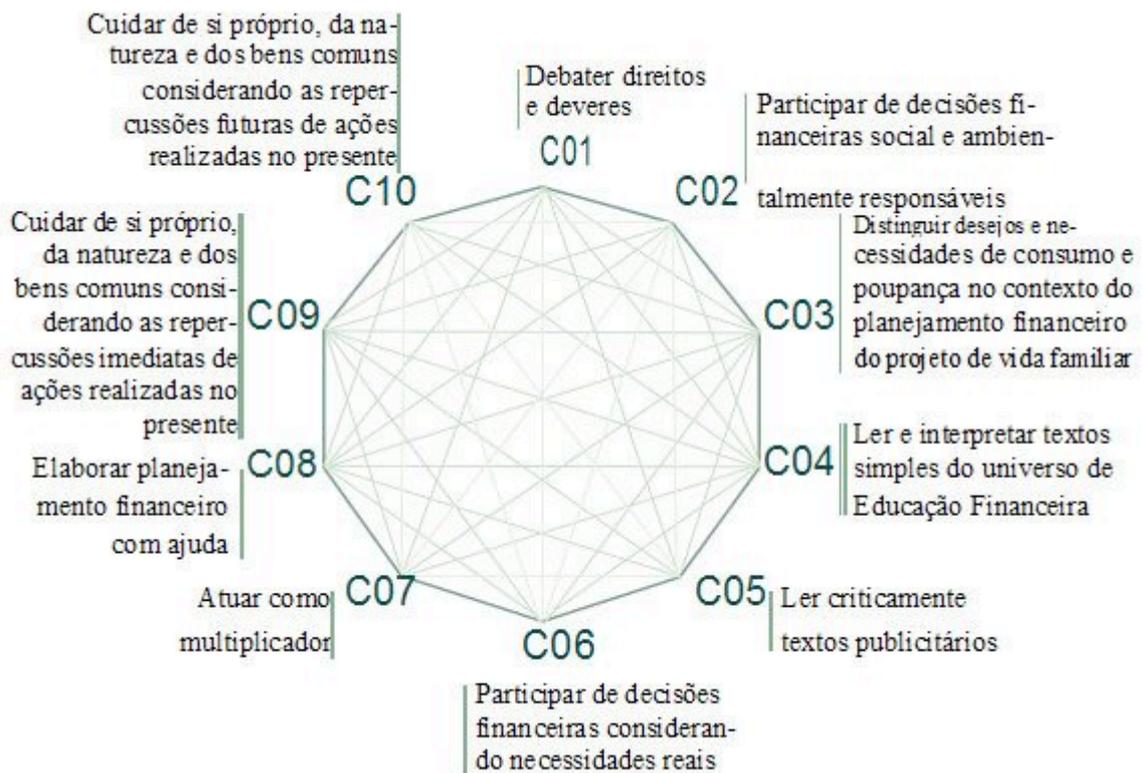
Definidos os objetivos e vislumbrando contemplar essas dimensões espaciais e temporais, como dito anteriormente, desenvolveu-se o decágono das competências considerado como o principal instrumento de comprometimento com a aprendizagem do aluno identificando as relações entre essas competências.

Procurando unir a ação educativa ao fazer do aluno, são definidas as competências que devem estar em com os objetivos espaciais e temporais anteriormente elencados.

OBJETIVOS		COMPETÊNCIAS		
OBJETIVOS ESPACIAIS	OB1	Formar para a cidadania	C01	Debater direitos e deveres
	OB2	Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	C02	Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis
			C03	Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida
	OB3	Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	C04	Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira
			C05	Ler criticamente textos publicitários
			C06	Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades
	OB4	Formar multiplicadores	C07	Atuar como multiplicador
OBJETIVOS TEMPORAIS	OB5	Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos	C08	Elaborar planejamento financeiro
	OB6	Desenvolver a cultura da prevenção	C09	Analisar alternativas de prevenção em longo prazo
	OB7	Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual	C10	Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas

Relação entre objetivos espaciais, objetivos temporais e competências.

A partir desse quadro foi criado o Decágono de Competências, um instrumento para se manter o compromisso com a aprendizagem do aluno.



<http://www.vidaedinheiro.gov.br/proposta-pedagogica/>

Definidas essas competências, foram propostas situações didáticas propostas, um conjunto de atividades que procuram desenvolver competências para que o aluno seja capaz de resolver situações financeiras a que sejam expostos.

Essas situações propostas constituem um instrumento que une conhecimento e conceitos (conteúdo) e as orientações pedagógicas voltadas para o desenvolvimento das mesmas.

Reconhecem como características das situações didáticas:

- os alunos se responsabilizarem pela organização da atividade buscando resolver o problema proposto;
- está no fato de haver um resultado esperado identificado pelos alunos e a atividade está orientada para sua obtenção;
- para resolver um problema os alunos precisam tomar decisões;
- deve-se recorrer a estratégias para solucionar o problema;
- estabelecer a vivência das relações sociais, levando os alunos a se comunicarem, debaterem ou negociarem entre si e com o educador.

As atividades foram elaboradas procurando contemplar conteúdos sociais que priorizam situações da vida cotidiana e formais que se referem aos conceitos sistematizados por teóricos das áreas econômicas e financeiras.

A coleção para o Ensino Fundamental – séries iniciais apresentam um material bastante colorido com atividades que dão início à formação do pensamento crítico econômico. São abordados os seguintes temas:

- I. Produção e consumo;
- II. Organização;
- III. Cuidados;
- IV. Planejamento.

Esses temas são aplicados nas quatro séries de forma diferente, com temáticas que visam despertar a curiosidade e o interesse da criança.

O material proposto para o Ensino Fundamental – séries finais apresentam uma série de situações lúdicas de forma que o aluno possa interagir. Conceitos financeiros foram desenvolvidos criando histórias para que um maior número de alunos se envolva. O material para o 9º ano, apresenta o formato de um website, organizado em módulos, onde vão sendo consolidadas as ideias trabalhadas nas séries anteriores como: consumo, poupança, orçamento, planejamento, espaço público e privado, tributos, juros compostos. O material apresenta reportagens fictícias para um jornal on-line da escola. Trás simulação de entrevistas sobre diferentes assuntos de educação financeira. Apresenta uma seção de crônicas e ainda uma seção de colunistas que discorrem sobre diferentes conceitos financeiros. Algumas atividades abordam o letramento financeiro de forma que os alunos possam se apropriar a forma como são apresentados os textos que circulam na esfera da vida financeira.

Os livros propostos para o Ensino Médio são divididos em blocos, de forma que cada bloco é proposto para cada série. O material proposto para o 1º ano do Ensino Médio, engloba os temas: Vida familiar – Vida social – Bens pessoais. O do 2º ano, Trabalho – Empreendedorismo – Grandes projetos. Já o material referente ao 3º ano, os Bens públicos – Economia do país – Economia do mundo. Apresentados dessa forma, inclusive, vislumbram o que já vimos falando desde o início, a responsabilidade das escolhas num futuro próximo e, às vezes, mais distante.

Os conteúdos foram organizados de forma a se perceber as dimensões espaciais e temporais de acordo com a forma com que foi estruturado. Propondo-se a contemplar inicialmente situações individuais de curto prazo; seguido por propostas de médio e longo prazo, mas ainda

no âmbito individual, e a seguir, se ocupando de questões do âmbito social, como bens públicos e economia do país e do mundo.

A ENEF, Estratégia Nacional de Educação Financeira criada pelo Decreto Federal 7.397/2010, tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da cidadania propondo ações que ajudem a população como um todo a tomar decisões financeiras que tenham autonomia e sejam menos inconsequentes. A estratégia foi criada através da articulação de órgãos e entidades governamentais com organizações financeiras da sociedade civil, que juntas vão integrar o CONEF, Comitê Nacional de Educação Financeira. O formato com que foi concebida, prevê a independência dos órgãos supervisores do sistema financeiro a desenvolverem ações de educação próprias.

Essa é, segundo a própria ENEF, Estratégia Nacional de Educação Financeira uma estratégia de política de Estado de caráter permanente, e tem como característica principal a garantia de gratuidade dessas iniciativas e uma imparcialidade comercial.

3. UMA PROPOSTA ALTERNATIVA

Segundo Silva e Powell (2013), a Educação Financeira Escolar pode ser definida como um conjunto de informações que procura, através de uma proposta de ensino, produzir conhecimento finanças e economia, que torne os alunos capazes de analisarem, fazerem julgamentos com fundamentos, podendo assim decidir e se posicionar de forma crítica sobre as questões financeiras que envolvam todos os âmbitos de sua vida, da família e até mesmo da sociedade em que vivem.

Em 2003, a OCDE, começou a discutir sobre a Educação Financeira, e como resultado elaborou um relatório que deveria ser desenvolvido por seus países membros e os não membros inclusive, a educarem financeiramente seus cidadãos.

Silva e Powell buscaram então, na literatura, entender quais eram as propostas relativas à Educação Financeira Escolar, para isso, revisaram os estudos da OCDE, os currículos estadunienses e brasileiros. A partir desse estudo propõem um programa de educação financeira para as escolas públicas.

Essa proposta foi pensada buscando respostas sobre como deveria ser o perfil, de um estudante educado financeiramente ao final da Educação Básica, através do processo de ensino orientado para este fim? (SILVA & POWELL, 2013).

Dessa forma, entende-se que essa proposta busca meios para, ao final de tudo, tenham formado um cidadão que tenha um pensamento financeiro.

Um cidadão poderá dizer-se financeiramente educado quando:

- Ele saiba usar seus conhecimentos sobre economia, finanças e matemática para resolver questões financeiras ou mesmo de consumo de forma acertada e fundamentada;
- Souber se planejar e tenha desenvolvido a capacidade de gerir suas ações de forma que, na tomada de decisões saiba enxergar, inclusive situações a médio e longo prazos.

A partir dessas considerações é propuseram então um plano de ensino que em suas próprias palavras, se preocupa em desenvolver o pensamento financeiro dos estudantes, a partir de sua educação matemática. Pode-se dizer que um objetivo dessa proposta é que o aluno chegue ao final educado financeiramente, que significa dizer que tenha conhecimento matemático e financeiro que o torne capaz de avaliar oportunidades, riscos e mesmo as armadilhas de situações financeiras que estejam envolvidos; e saiba ainda se planejar nas tomadas de decisões matematicamente fundamentadas em sua vida pessoal e familiar.

Segundo Silva e Powell (2013), a proposta está organizada em quatro eixos norteadores de forma que sejam discutidos ao longo de toda formação:

- I. Noções básicas de Finanças e Economia, levando em consideração a relação entre tempo e dinheiro, conhecendo sobre juros, poupança, inflação, rendimentos e liquidez de investimentos, um conceito fundamental em finanças;
- II. Finança pessoal e Familiar, aprendendo a planejar e gerir, reconhecer a importância e fazer o orçamento doméstico; impostos;
- III. As oportunidades, os riscos e as armadilhas na gestão do dinheiro numa sociedade de consumo, conhecendo oportunidades e riscos num investimento, armadilhas de consumo;
- IV. As dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a Educação Financeira, sabendo relacionar consumismo à produção de lixo e o impacto ambiental, desigualdade social, ética e dinheiro.

A proposta foi fundamentada numa leitura sobre a sociedade contemporânea através da perspectiva de uma sociedade de consumo, onde até mesmo as pessoas são como mercadoria, e o fascínio do consumo perduram apenas na ansiedade pela satisfação então, para cada vontade adquirida, surge uma nova. Esse comportamento evidencia como as estratégias de marketing influenciam no consumo.

Consideram essencial conhecer a sociedade de consumo à qual estamos inseridos a fim de formar o cidadão consciente e educado financeiramente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como foco principal a necessidade de discutir sobre as duas concepções de Educação Financeira Escolar no Brasil, e frente a esse questionamento observa-se que essas propostas mostram-se bastante diferentes em essência.

A proposta do governo Brasileiro que segue as orientações da OCDE, associadas às instituições financeiras, que tem como objetivo principal, preparar o futuro investidor, tornando-o capaz de gerir suas finanças e conhecer mais do mercado de investimentos, além de preocupar-se com o futuro do país quando se trata de imbuir no jovem uma preocupação com seu futuro na velhice, sua aposentadoria.

E a proposta apresentada em Silva e Powell (2013), em que o foco da proposta não está nos consumidores de forma geral, mas nos estudantes. A diferença já pode ser percebida na própria definição:

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (SILVA; POWELL, 2013).

A partir dessa definição que se desenvolve toda a proposta curricular, idealizando primeiro, o perfil do estudante educado financeiramente e a partir daí propuseram que todo o processo de ensino, desde a elaboração de materiais, às metodologias e a seleção de conteúdos. Percebe-se claramente nessa proposta, que se busca desenvolver em todos os níveis de ensino, o protagonismo juvenil, formando cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, como agente de mudança. Nessa proposta, o foco é pessoal, de forma que ele possa contribuir com seu núcleo familiar, ajudando-os com informações e ações, o que contribui também para a comunidade que vive, e conseqüentemente a sociedade de modo geral.

Enfim sabemos por vivência própria, que face ao consumismo da sociedade contemporânea, dessa gama de produtos e oportunidades que surgem a todo instante, precisamos educar nossas crianças, de forma que conheçam e possam fazer escolhas conscientes das conseqüências de cada ação, frente as armadilhas do consumo desenfreado,

do marketing e do mundo financeiro, de forma que possamos construir um futuro melhor para cada um de nós e, conseqüentemente de toda a sociedade, do meio ambiente que se beneficiará dessas escolhas mais acertadas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Hernandes. **Matemática Financeira na Formação do cidadão**: uma abordagem com futuros professores de Matemática da UEPB. Campina Grande, PB. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF. 2011a. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br>> Acesso em: 20 dez. 2018.

BORBA, Jean Marlos Pinheiro. **A Literatura de auto-ajuda financeira e o capitalismo de consumo**. V ENEC Encontro Nacional de Estudos do Consumo. Rio de Janeiro, set 2010.

OCDE. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe, 2005. Julho, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org>> Acesso em: 28 jan. 2019

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo. Atlas, 131p.

2008.

SILVA, Amarildo M. POWELL, Arthur B. Currículos de Educação Financeira para a escola nos Estados Unidos. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**. v.6, n.3, p. 19-35, set/dez 2016.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, 2013.